

---

## *Liberalismo e conservadorismo em Eugênio Gudin: uma reflexão a partir de Foucault*

*Liberalism and conservatism in  
Eugênio Gudin: a reflection from Foucault*

*Neilaine Ramos Rocha de Lima\**

---

**Resumo:** Todo conceito carrega uma historicidade, e esse é o caso dos conceitos de conservadorismo e liberalismo, conhecidos como “conceitos de movimento”, por terem uma grande variação de significados que acompanha seu contexto. Por meio da observação do ideário do intelectual Eugênio Gudin, conhecido como referencial do liberalismo brasileiro no século XX e também como conservador, principalmente após defender a intervenção militar em 1964. O artigo em questão busca compreender a relação entre ambos os conceitos: conservadorismo e liberalismo, tendo como base as reflexões de Foucault, através da elaboração do conceito de biopolítica. Esse propõe uma análise que aponta à incompatibilidade dos dois conceitos na contemporaneidade a partir da recodificação de conceitos tais como: justiça social, igualdade e Estado.

**Palavras-chave:** Conservadorismo. Liberalismo. Gudin. Foucault.

**Abstract:** Every concept carries a historicity, this is the case of the concepts of conservatism and liberalism, known as “motion concept” because they have a wide range of meanings accompanying context. By observing the ideals of intellectual Eugênio Gudin, known as reference of Brazilian liberalism in the twentieth century, as well as conservative, mainly after advocating military intervention in 1964, the article in question sought to understand the relationship between both concepts: conservatism and liberalism, based on Foucault’s reflections, through the elaboration of the concept of biopolitics, which proposes an analysis that emphasized the incompatibility of the two concepts in contemporary from the recoding of concepts such as social justice, equality and State.

**Keywords:** Conservatism. Liberalism. Gudin. Foucault.

---

\* Doutoranda em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) Júlio de Mesquita Filho. Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá. Professora na Universidade Estadual de Maringá. *E-mail:* neilaine007@yahoo.com.br

## Introdução

Estudar um intelectual hoje, no campo da história, não é apenas reproduzir seus principais postulados, ou pesquisar suas influências majoritárias, mas é, com efeito e de praxe responder às questões de uma plateia anônima, dentro ou fora de nós, que coloca o historiador em uma cadeira de interrogatório acerca dos conceitos em que uma série de rótulos deve ser descartada ou acatada, para, enfim, descrevermos quem, de fato, era o pensador em quem escolhemos nos debruçar. Porém esse exercício é deveras complicado em um contexto em que os conceitos estão, cada dia, mais relativos, e os referenciais se misturam, principalmente no que diz respeito ao campo da política, como é o caso dessas questões, das quais nem todas serão alvo de nossa discussão: O que é direita? Esquerda? Ou o que é conservador? Socialista? Liberal?

Para tal fim, observa-se a importância da história conceitual, que nos lembra da relevância da análise desse conceito ao longo do tempo. Esse campo da história considera que todo conceito carrega em si uma historicidade, portanto não é algo estático, mas possui um movimento.

O objetivo deste artigo é analisar um caso de uso do conceito que gerou uma intensa polêmica. É possível o casamento de dois conceitos que, em tese, estariam distantes? Liberalismo e conservadorismo podem se completar?

O caso em questão levanta a polêmica sobre um dos liberais brasileiros de maior destaque no século XX: Eugênio Gudín. Esse foi considerado por grande parte da literatura como um “liberal conservador”, porém, coetaneamente, Hayek – um dos referenciais do liberalismo do século XX – escrevia um texto polêmico entre os liberais, o qual elencava argumentos para não se considerar um conservador, distanciando esses dois conceitos. Tal fato despertou o interesse de Foucault para uma revisão do liberalismo que Hayek defendia, desmistificando ideias existentes acerca desse pensamento.

Cabe, agora, visualizarmos elementos do caso Eugênio Gudín, bem como as análises da história conceitual, que nos levam até a reflexão de Foucault (2008) acerca dos conceitos em questão.

## O caso Eugênio Gudín

A historiografia relata que, após a Segunda Guerra Mundial, surgiu um movimento intelectual de ataque ao intervencionismo estatal,

cristalizado na teoria keynesiana e no chamado *Welfare State*. Esse movimento teve como objetivo a defesa do liberalismo, em decorrência do contexto que o pós-guerra apresentava: a necessidade de maior intervenção estatal na economia. A esse movimento se convencionou dar a nomenclatura de *neoliberalismo*, que seria o liberalismo clássico adaptado ao contexto que o século XX apresentou. (ANDERSON, 1995).

Alguns intelectuais se destacaram nesse movimento: Hayek, Mises, Popper, Friedman, etc. Em 1947, esses e outros intelectuais, que partilhavam do mesmo ideário, se reuniram na Suíça, em Mont Pelérin. Essa reunião deu início a *Mont Pelérin Society*, uma organização em defesa do liberalismo, bem como do Estado mínimo. A *Mont Pelérin Society* se tornou uma organização internacional, sendo que, no Brasil, teve como um dos seus integrantes o economista Eugênio Gudín, que seguiu a tendência de crítica ao intervencionismo, que, no Brasil, se materializava no pensamento desenvolvimentista.

Gudín ajeita os seus princípios liberais dentro das novas necessidades que a classe dominante tem de garantir as bases da acumulação capitalista. Sua concepção de Estado é paramentada na lógica do capitalismo do mundo pós-II Guerra, que coaduna-se com sua proposta do novo liberalismo. (BORGES, 1996, p. 100).

É importante salientar que não foi comum a aceitação da nomenclatura *neoliberalismo*. Em sua maioria, os intelectuais ligados a esse movimento se diziam liberais, por esse motivo, neste trabalho, não se denomina Gudín como um neoliberal, mas como o próprio se considerava, um liberal. Porém, nas reflexões de Foucault (2008), o termo utilizado é *neoliberalismo*, até porque o autor é um dos poucos teóricos que avançam na reflexão acerca desse movimento do século XX, apontando seus elementos singulares, sendo que um deles seria o rompimento com o pensamento conservador.

Após essas considerações preliminares, cabe, agora, observar a figura de Eugênio Gudín e seu pensamento liberal.

Eugênio Gudín (1886-1986), conhecido por ser um dos pais do liberalismo moderno no Brasil, teve forte influência na formação de vários economistas de destaque no meio político, como é o caso de Roberto Campos e Bulhões. Gudín fez escola principalmente a partir dos anos

1940, quando teceu fortes críticas ao desenvolvimentismo, ideário que sempre combateu, tendo em vista a sua repulsa à intervenção estatal na economia. Cumpre destacar, porém, que um fato cristalizou um rótulo conceitual ao seu pensamento: ao defender a intervenção militar em 1964, Gudin carimba, em sua imagem, o conceito de conservador.

Tendo em vista um contexto de turbulência revolucionária das ideias comunistas, ser conservador seria manter o *status quo* em face dessa ideologia que representava uma ameaça ao Estado de Direito, mas, ao mesmo tempo, nos faz pensar que o liberalismo defendido por Gudin tinha um discurso de mudança tão forte, que apenas a ameaça à propriedade privada poderia deter décadas de crítica à ação do Estado intervencionista, que, para o economista, teria gerado atraso econômico no Brasil.

Eugênio Gudin, homem de seu tempo, logrou notoriedade histórica, política e acadêmica; suas ideias e escritos se cristalizaram em grande parte da historiografia, da literatura jornalística e da mídia em geral. Autor controverso, Gudin deu origem a diferentes correntes historiográficas interpretativas de seu pensamento. Para um autor polêmico e influente, não é senão mister assinalar as principais ideias e concepções acerca do seu significado, o que aqui se fará situando-o à luz da matriz interpretativa, que consubstancia a identidade intelectual desta pesquisa, em polêmicas, debates, posições políticas e predições econômicas, que compuseram o arcabouço teórico hodiernamente reunido sob os auspícios do nome Eugênio Gudin.

Nos idos das décadas de 1950 e 1960, no Brasil, as divergências acerca dos rumos da economia passaram por uma fase de intensa agitação. Uma miríade de concepções e ideias entrou em conflito: desenvolvimentismo, socialismo e liberalismo. Foi nesse momento que o economista Eugênio Gudin teve inserção, ocupando um lugar ímpar de líder intelectual e *scholar* da economia político-clássica no Brasil. As medidas políticas, o seu cabedal intelectual, formado pela sua proximidade com a Escola Austríaca de Economia, guindaram o nome de Gudin a um marco da história do pensamento, como aponta Abrahão:

A história da vida intelectual e profissional do professor Eugênio Gudin se confunde com a história do pensamento liberal no Brasil, tanto em função de sua imensa e ativa participação na vida política brasileira,

como no fato de que em seus 100 anos de vida, grande parte deles foi dedicada às reflexões acerca dos problemas brasileiros. (ABRAHÃO, 1999, p. 49).

Gudin foi um dos grandes críticos do Estado. Em seus artigos jornalísticos, deixou clara sua marca de defesa da livre-iniciativa e sua repulsa ao intervencionismo. Contudo, há um momento da história em que o economista, adepto dos preceitos da democracia, se viu diante de um contexto que acreditava ser uma grande ameaça ideológica que poderia comprometer todo o sistema democrático e capitalista existente no Brasil: o ideário socialista e a recente revolução socialista em Cuba, que causaram uma evidente preocupação, segundo os escritos do intelectual.

A Revolução de 1964 foi uma medida de salvação pública, promovida pela avalanche da opinião do país e apoiada nas Forças Armadas, contra a subversão de poderes e valores humanos, contra o solapamento sistemático da hierarquia, contra o caos econômico e financeiro e contra a desordem social. O objetivo primacial da Revolução foi portanto o da restauração da Ordem, ordem social, ordem militar, ordem econômica. (GUDIN, 1970, p. 84).

Diante dos fatos, as ideias se rendem à defesa da liberdade econômica, da liberdade política é negociável, e o rótulo de conservador se prende ainda mais à figura desse intelectual. Para grande parte da historiografia, aliar conservadorismo ao liberalismo não representa nenhum problema conceitual, porém, ao observar as ideias de Michel Foucault (2008) e sua interpretação da relação entre ambos os conceitos, verificamos que essa relação conceitual é muito mais complexa.

Antes de prosseguirmos, faz-se necessária uma breve explanação teórica acerca da história conceitual e dos chamados conceitos de movimento, ou “ismos”.

### **Considerações teóricas: conceitos de movimento**

Koselleck (2006) aborda questão relativa à dimensão pragmática dos conceitos de movimento e observa a natureza dos conceitos que se transformam em “ismos”. Esses conceitos se legitimam no tempo, em um tempo em que se justifica e, de forma prática, se constitui como

uma perspectiva progressiva, tornando-se, assim, alternativas temporais. Esses são os chamados “conceitos de movimento”, extremamente suscetíveis à ação do tempo na ampliação do próprio conceito.

A temporalização, portanto, não apenas transformou velhos conceitos políticos, como ajudou também a criar novos, todos encontrando seu denominador temporal comum no sufixo “ismo”. O que eles possuem em comum é basearem-se apenas parcialmente na experiência. A expectativa que depositam no tempo que está por vir está em proporção inversa à experiência que lhes falta. Trata-se de conceitos de compensação temporal. A fase de transição entre passado e futuro continua a ser escrita como um caleidoscópio por cada novo conceito. (KOSELLECK, 2006, p. 297, grifo do autor).

Os conceitos de movimento, “ismos”, possuem elementos temporais de mudança, ou seja, um fenômeno de temporalidade afeta esses conceitos, pois são suscetíveis às três dimensões temporais, mais voltadas ao presente, ou ao passado, ou ao futuro.

As considerações de Koselleck (2006) nos fazem analisar os conceitos de liberalismo e de conservadorismo, partindo do pressuposto de que ambos os conceitos são “conceitos de movimento”, possuindo uma natureza de autoafirmação que parte do próprio contexto.

Outra questão relacionada a esse tipo de conceito é seu caráter político e social, fazendo desse um instrumento de “controle do movimento histórico”. Há uma forma de ideologização dos oponentes, fazendo parte, assim, de um aspecto do controle político da linguagem. Todavia, esse fato só foi possível após as Revoluções Francesa e Industrial, pois se inaugura um mundo que perde sua experiência e, por isso, se abre para novas expectativas. A reorganização da sociedade necessitava recorrer à “antecipação do futuro”, porque, “por razões morais, econômicas, técnicas ou políticas, esses conceitos exigem fins que abrigam desejos maiores do que até então a história pudera satisfazer”. (KOSELLECK, 2006, p. 300).

O liberalismo de Eugênio Gudín se alia à ideia de conservadorismo, na busca de desenvolver propostas políticas para erradicação do comunismo. O casamento entre ambos os conceitos se apresenta como solução política, diante do que se imaginava ser um problema: o avanço das reformas sociais e do pensamento comunista na América Latina e no Brasil.

Nesse contexto conceitual, o pensamento de Gudin é resultado de um momento de debates, que possibilita diferentes soluções políticas. Isso é o que Koselleck (2006) conceitua como “crítica ideológica”: a busca por desmascarar ou desvendar os erros do *outro*, o ato de conservar o que seria bom à sociedade, no caso a propriedade privada, e o apoio à intervenção política para esse fim.

Para Koselleck (2006), a generalização desses conceitos abre um leque infundável para seus usos; nesse sentido, diversos partidos se utilizam de um mesmo conceito, mas em diferentes perspectivas. Esse fenômeno provoca o acirramento de disputas pela interpretação política autêntica.

Uma crítica ideológica que procede assim argumenta com conceitos de movimento, cuja prova só pode ser apresentada no futuro. O adversário cai em um dilema argumentativo. A escala histórica do tempo, com que ele é medido, é uma escala móvel. Por um lado, declara-se que sua posição atual é historicamente condicionada, de modo que ele não pode a ela escapar, nem ultrapassá-la. Por outro, a mesma posição pode se inscrever no futuro, como utópica, de modo que não seja realizável, ou então no passado presente, de modo que de fato já está superada, atrasada, vencida. (KOSELLECK, 2006, p. 302).

Os conceitos de movimento são, pois, fruto da modernidade, que indicam as transformações sociais e políticas e formatam a crítica ideológica e elementos linguísticos de elaboração da consciência; contudo, não podem ser testados ou até mesmo qualificados no presente, já que apontam a uma concretização futura, se constituem no presente a partir do debate. Assim, na prática, se formatariam no presente, na busca de um horizonte de expectativa, à procura de soluções para o futuro.

Cabe, agora, observarmos a análise de Foucault e sua contribuição para esta reflexão acerca da temática.

## **O nascimento da biopolítica**

Primeiramente, é importante salientar um dos objetivos de Michel Foucault (2008) no curso ministrado no *Collège de France*, entre 1978 e 1979, que se cristalizou na obra *O nascimento da Biopolítica*, fonte

principal do presente trabalho. Na obra em questão, o autor buscou compreender, de forma sistemática, o neoliberalismo, tendo como ponto de partida questões de seu presente, relacionadas às formas de poder, tema constante em suas pesquisas; porém, focalizou uma das questões principais do pensamento neoliberal que não seria o conceito de liberdade em si, mas de pluralidade, uma pluralidade que conceberia uma *governamentalidade*,<sup>1</sup> totalmente avessa ao conservadorismo.

Cabe observar que, partindo de Foucault (2008), no final do século XVIII, nasceria uma nova tecnologia de poder, não descartando a sociedade disciplinar,<sup>2</sup> mas se respaldando nela, surgindo o *biopoder*. Conforme Santos (2013), os dispositivos disciplinares agiriam no corpo do indivíduo; por outro lado, a *biopolítica* agiria em um plano maior, no indivíduo como espécie humana. O foco, portanto, passa a ser a *população*, a estatística, a demografia. Outros mecanismos buscariam detalhar, organizar e classificar essa população. A *biopolítica* incluiria a noção de um novo poder que complementa a noção de soberania: “deixar viver e fazer morrer”. Nessa perspectiva, o neoliberalismo estaria próximo da razão política da *biopolítica*, quando se aproxima do cálculo biopolítico.

Para Lagasnerie (2013), Foucault, ao contrário de grande parte dos intelectuais, ministrou um curso acerca de liberalismo e neoliberalismo com aspectos não críticos, o que foi visto por alguns como um sintoma de inclinação a esse ideário e, por outros, como uma maneira diferente de estudar a teoria liberal. O que fica evidente para Lagasnerie (2013) é que existiria um interesse, da parte de Foucault, de desmistificar o pensamento simplista dado ao neoliberalismo, que, para Foucault, limitaria a análise dessa teoria e, conseqüentemente, impediria a análise da singularidade dessas ideias.

A Foucault, ele oferece uma oportunidade de imaginar outras formas de olhar a realidade. Poderíamos quase dizer que ele funciona como uma espécie de higiene mental destinada a submeter a uma interrogação radical as categorias de pensamento e percepção que adotamos sem nos dar conta. (LAGASNERIE, 2013, p. 27).

## Neoliberalismo e conservadorismo

Observando o objeto em questão, visualizamos que grande parte das análises produzidas pela historiografia<sup>33</sup> Algumas obras importantes na linha do pensamento de Eugênio Gudín, caracterizam-no como um

economista conservador. Esse termo sempre esteve associado ao fato de Gudin ser liberal. Porém, partindo de uma reflexão proposta por Michel Foucault (2008) e de uma prévia análise das ideias de Gudin, pode-se estabelecer uma reflexão divergente de grande parte das abordagens até então realizadas acerca do tema. Sendo assim, cabe agora resgatar o conceito de conservadorismo e observar sua relação com o neoliberalismo.

Em síntese, Gudin acredita na força do mercado, na sua “mão invisível”, na possibilidade de que o mercado tem de, em condições de liberdade, propiciar uma alocação de recursos eficientes que distribua a riqueza naturalmente. Sua forte crítica ao Estado intervencionista e planejador demonstra que Gudin acreditava no poder da ordem econômica que o mercado poderia gerar, e que esse processo não seria bem-sucedido com o excesso de intervenção do Estado. O economista visualiza a ação de planejar, na concepção do desenvolvimentismo, uma ação que cerceia as ações humanas. O planejamento, que impunha determinadas condições, tarefas ou caminhos, estipulando metas e regras, que buscavam projetar o futuro desenvolvimento para o País, era norteador pela ideia de que elementos complexos da vida social, como a economia, poderiam ser simples e quantitativamente medidos e previsíveis. Isso não tira o caráter do economista de se fundamentar na economia analítica, pelo contrário; Gudin (1965) expõe a necessidade de serem seguidos princípios básicos da economia; aponta que não era uma questão meramente de contexto, mas que existiam leis de economia que são inquestionáveis e de profunda importância para se compreender o próprio mercado, e são essas leis que fundamentam a crença na política econômica nesse mercado. Porém, a simples existência desses dados e informações não seria suficiente para a elaboração de axiomas, que serviriam para sustentar planos universais.

Assim, a economia teria uma função para Gudin, qual seja a de, por meio de suas teorias, auxiliar a política, para que uma oriente a outra em busca de que o processo natural do mercado aconteça. Gudin não tem um plano, ou simplesmente uma solução, não tem uma estratégia com início, meio e fim. Na sua visão de economista político, o neoliberalismo não tem um plano ou projeto, mas seus princípios se fundamentam na economia de livre-mercado. Essa fornece elementos para se compreender que a complexidade do ser humano só permite ao homem fazer estimativas, pela via dos estudos da ação do homem e sua ressonância, estimativas que acreditem ser a liberdade da iniciativa privada o melhor caminho ao desenvolvimento.

Para entender o pensamento liberal acerca do conservadorismo, é imprescindível recorrer a Auguste Von Hayek, que nasceu em Viena, em 1899, cujos estudos trouxeram contribuições importantes aos ramos da psicologia, da teoria do Direito e economia. Em 1974, Hayek ganhou o Prêmio Nobel por seu trabalho acerca da teoria da moeda e flutuações econômicas. Foi um dos expoentes da Escola Austríaca, considerado um dos principais liberais do século XX, por mostrar novas análises às ideias liberais. As ideias de Hayek assumem grande importância por servirem de contraponto teórico ao crescimento socialista, que propunha um modelo econômico pré-planejado. Ademais, o autor foi um dos liberais mais citados nos cursos de Foucault.

Para Hayek (1983) as circunstâncias em que um indivíduo vive levam-no, de forma inconsciente, a concretizar determinadas ações que colaboram para o seu bem-estar. Sendo assim, a racionalidade que o indivíduo aplica, para pensar seu contexto, não é cartesiana, exata, perfeita, pois nenhum indivíduo possui todas as informações ou conhecimentos que lhe possibilitem planejar e predeterminar os fatos. Seu conhecimento é limitado, sendo a confiança no inesperado sua opção mais coerente. Segundo Lagasnerie (2013), nesse ponto, estaria uma das aproximações com a visão de Foucault, um crítico dos limites da racionalidade hegemônico-científica.

Tendo em vista o fato de a sociedade ser composta por inúmeros indivíduos com um complexo universo de sentimentos, características, ambições diferentes, torna-se impossível alguém (ou até mesmo um grupo) deter o conhecimento que explicaria as ações desses indivíduos. Desse modo, não há um universo de informações que possa prever o controle das relações sociais, que possa avaliar a necessidade dos indivíduos, suas carências e seus desejos. Um determinado grupo no controle do Estado não tem condições de determinar o que a sociedade necessita ou não; isso só é revelado pela própria sociedade, pela busca individual que ocorre quando esses indivíduos estão em condições de liberdade. Quem valoriza determinado caminho a seguir, quem escolhe determinada ação é o indivíduo, e a soma dessas ações convergentes, ou não, expressa a vontade comum e seleciona as melhores direções que possibilitem o bem-estar da maioria.

O erro característico dos racionalistas construtivistas a esse respeito é tenderem a fundamentar sua argumentação no que foi chamada de ilusão sinótica, ou seja, na ficção de que todos os fatos relevantes são conhecidos por alguma mente e que é possível construir, a partir desse conhecimento dos fatos particulares, uma ordem social desejável. Às vezes essa ilusão é expressa com tocante ingenuidade pelos entusiastas de uma sociedade deliberadamente planejada, como ocorre quando um deles sonha com o desenvolvimento da arte do pensamento simultâneo: a capacidade de considerar ao mesmo tempo um número imenso de fenômenos correlatos e de compor num único quadro os atributos qualitativos e quantitativos desses fenômenos. (HAYEK, 1985, p 8).

Segundo Foucault (2008), o neoliberalismo se destaca no contexto das ideias atuais, pois propõe uma crítica à razão do Estado que se torna singular. Apresenta-se como uma filosofia crítica à “razão do Estado”, rompendo com a tradição iluminista. O liberalismo é uma constante crítica à realidade e, nesse ponto, Foucault se aproximaria do liberalismo, segundo Lagasnerie (2013).

Na sua obra *Os fundamentos da Liberdade*, Hayek (1983) focaliza as incompatibilidades entre o termo *conservadorismo* e as ideias de liberalismo, expondo, então, o seu conceito de conservadorismo. Para esse estudioso, o conservadorismo não oferece nenhum objetivo alternativo; a primeira faceta desse conceito aponta a que o conservador tende a optar pela situação presente, não acreditando em mudanças, uma vez que, “o verdadeiro conservadorismo é uma atitude legítima, provavelmente necessária, e com certeza bastante difundida, de oposição a mudanças drásticas”. (HAYEK, 1983, p. 467).

O sentido de estagnação também faz parte do conceito de conservadorismo, que seria “conservar algo já existente”. O liberalismo pretende tomar caminhos que reforcem o avanço e a não estagnação. Aqui se observa um dos elementos da pluralidade do neoliberalismo que não concebe um caminho à sociedade, mas caminhos, diferentes possibilidades formatadas por diferentes indivíduos. Esses elaborariam, por parte, de forma consciente, utilizando dados, números, leis econômicas, caracterizando-se, nesse contexto de *biopolítica*, mas também por parte, de forma inconsciente, pois a constituição de cada indivíduo se insere em um universo complexo de valores, emoções, sentimentos, desejos não quantificáveis ou verificáveis. A relação de todas essas

características moveria a ação do homem, promovendo, em um contexto de liberdade de troca, as melhores instituições e normas sociais. Mas, para que isso aconteça, os obstáculos a essa evolução espontânea precisam ser afastados, pois sua defesa se pauta pelo caminho natural da sociedade e do mercado.

Nesse sentido, reside uma nova perspectiva acerca do pensamento de Gudin. Esse economista trabalha, por meio de seu discurso, no sentido de barrar as forças revolucionárias socialistas que ganhavam expressão no Brasil, no início da década de 1960, apoiando o Golpe Militar, portanto sua ação não foi apenas a de conservar algo que já existia, mas ter condições para que as mudanças pudessem, de fato, existir. Sem a liberdade econômica, não seria possível obter a evolução espontânea do mercado que geraria os desenvolvimentos político e econômico.

Outro elemento existente no conservador e que não se encontra no liberal é o fato de que o liberalismo pressupõe a existência de coragem para se acreditar nas mudanças não planejadas e, de certa forma, imprevisíveis. Na medida em que o mercado funciona sob a influência da cadeia de valores e interesses de diferentes indivíduos que formam a sociedade, estará alheio às mudanças que, muitas vezes, não são quantificadas por serem espontâneas. A certeza que se tem é que há o aumento de capital com um mecanismo eficiente de distribuição de riqueza, porém não se tem um caminho predeterminado para isso.

Com isso, chegamos ao primeiro ponto no qual as atitudes liberais e conservadoras diferem radicalmente. Como muitas vezes os escritores conservadores reconheceram, uma das principais características da atitude conservadora é o medo da mudança, uma desconfiança tímida em relação ao novo enquanto tal, ao passo que a posição liberal se baseia na coragem e na confiança, na disposição de permitir que as transformações sigam seu curso, mesmo quando não podemos prever aonde nos levarão. (HAYEK, 1983, p. 469).

Os conservadores tendem a utilizar os poderes do governo para impedir mudanças ou limitar seu âmbito, impor regras e planos que ditam a vida econômica, apontar à busca de racionalizar o desenvolvimento, o que ocorreu nos governos desenvolvimentistas, tanto no momento democrático quanto após o golpe militar. Gudin ressalta o

caráter do liberalismo, qual seja o de ser um pensamento que não se apresenta como uma ideologia, pois não tem um plano ou projeto.

O chamado “capitalismo” não é ideologia e muito menos mística. Nunca foi planejado. Cresceu e se desenvolveu à medida das necessidades, formando o sistema através de uma longa série de instituições, como preços de mercado, sistema bancário, letra de câmbio, sociedade anônima, venda a prestações, etc. (GUDIN, 1965, p. 203).

Em última análise, a posição conservadora baseia-se no princípio de que, em qualquer sociedade, há indivíduos reconhecidamente superiores, cujos valores, padrões e posições, sua herança espiritual, precisariam ser protegidos, e que deveriam exercer maior influência nos assuntos públicos do que os demais. Obviamente, o liberal não nega que existam pessoas superiores; ele não é um defensor do igualitarismo. O que ele nega é que qualquer um possa ter a autoridade de decidir quem são essas pessoas superiores. Enquanto os conservadores tendem a defender uma determinada hierarquia estabelecida e pretendem que a autoridade proteja o *status* daqueles que eles prezam, os liberais acreditam que não haja respeito por valores estabelecidos que justifique o recurso ao privilégio ou ao monopólio ou qualquer poder coercitivo do Estado, para proteger estas pessoas das forças da transformação econômica. (HAYEK, 1983, p. 472, grifo nosso).

Uma das ideias principais existentes nos escritos de Gudin foi a discussão acerca do intervencionismo: o economista acredita que esse excesso de autoridade dada ao Estado, que privilegia certos setores da economia, muitas vezes, não beneficia toda a sociedade. Por outro lado, a iniciativa privada é movida por seus interesses e, por isso, conhece bem suas necessidades. Assim, esse indivíduo, formador da iniciativa privada, portanto, detém conhecimento para fazer as mudanças, a fim de alcançar seu bem-estar. O “novo” estaria intrínseco ao caráter humano, e a mudança estaria na rota do alcance dos objetivos dos indivíduos; esse pensamento é defendido pelos chamados neoliberais.

Este contraste se manifesta mais claramente nas diferentes atitudes de ambas as tradições em relação ao avanço do conhecimento. Embora o liberal não considere toda a mudança um progresso, ele encarava o avanço do conhecimento como uma das metas principais do esforço humano e confia em que lhe proporcione uma solução gradual para os problemas e dificuldades que esperamos poder resolver. Sem preferir o

novo apenas por ser novo, o liberal está consciente de que é da essência da realização humana produzir o novo; e está preparado para conviver com o novo conhecimento, goste ou não de seus efeitos imediatos. (HAYEK, 1983, p. 474).

*Tendo em vista o conceito de conservadorismo em Hayek (1983), as ideias desenvolvimentistas se encaixam mais nesse conceito do que nas ideias liberais, pois o desenvolvimentismo tributava ao Estado o dever de ser uma entidade que detivesse o conhecimento suficiente para decidir o melhor para uma sociedade, uma razão do Estado.*

O liberalismo concebe a realidade de não ter respostas para todas as coisas e não busca explicações para todos os problemas sociais. A própria teoria se baseia no pensamento de que as instituições humanas são demasiadamente complexas, para serem explicadas e entendidas por meio de uma série de teorias e equações, por isso as ações desse sistema liberal, muitas vezes, são invisíveis, como a chamada “mão invisível do mercado”. Pode-se compreender seus resultados, mas não se pode mapear seu processo, por ser espontâneo e natural.

É partindo dessa lógica que Hayek (1983) elabora sua teoria acerca do “conhecimento fragmentado”, segundo a qual todos os homens teriam um conhecimento finito, limitado, fragmentado, que somente se potencializa por intermédio da interação social entre os indivíduos, que se daria via mercado, por meio de troca. O mercado conseguiria aglutinar esse conhecimento e projetar as melhores instituições, portanto não se acredita em teorias prontas; os liberais da Escola Austríaca, ou chamados neoliberais, para Foucault (2008), sempre apontam às limitações dos conhecimentos humano e científico, descartando qualquer teoria que busque um lugar principalmente no governo.

Além disso, o liberal não se recusa a buscar o apoio de quaisquer hábitos ou instituições não racionais que se revelaram válidos. O liberal difere do conservador na disposição de aceitar esta ignorância e de admitir que sabemos muito pouco, sem reivindicar uma autoridade de origem supranatural do conhecimento sempre que sua razão falhar. Deve-se admitir que o liberal, em alguns casos, é fundamentalmente um cético – mas aparentemente é necessário certo grau de desconfiança para deixar que os outros busquem sua felicidade à sua maneira e para defender com coerência esta tolerância, que é uma característica essencial do liberalismo. (HAYEK, 1983, p. 476).

## A pluralidade e a emancipação: uma análise de Foucault

Na lição de Lagasnerie (2013), Foucault teria observado que o sentido da pluralidade do neoliberalismo estaria ligado ao aspecto heterogêneo da sociedade, segundo a visão dos neoliberais, principalmente de Hayek, que observa o quanto naturalmente a sociedade é desigual, visto que os indivíduos são diferentes, e essa diversidade aumenta com o passar da história e se prolifera, principalmente, a partir da Revolução Industrial. Em um mundo multifacetado não haveria lugar para um único plano social, uma única concepção de bem-estar social ou *bem-comum*.

Segundo Foucault (2008), o neoliberalismo desconstrói a ideia central do Iluminismo, o conceito de autonomia. Para o Iluminismo, por conseguinte, autonomia seria “a demarcação bem-sucedida [...] de forças pelas quais eu mesmo não seria responsável [...] Nesse contexto, a liberdade é concebida como o ato que consiste em ‘dar a mim mesmo ordens às quais obedeco porque sou livre para agir como quero’”. (LAGASNERIE, 2013, p. 67). O Iluminismo não defende a ideia de liberdade de escolha, de qualquer escolha, mas da escolha certa. Essa é a concepção de *liberdade positiva*, assim, a verdade, a escolha certa, será norteada pelo Estado racional. Para Foucault (2008) entende que o contrato social de Rousseau prevê a anulação da vontade do indivíduo pela vontade da sociedade, é a substituição da lei da individualidade pela lei da comunidade.

Por outro lado, para o neoliberalismo, o indivíduo tem a liberdade até mesmo de errar; devido à sua incapacidade de conhecer o futuro. Todas as suas ações são previsões que podem ser verificadas como negativas, ou falhas para os seus fins. Assim, é o indivíduo quem qualifica e não um conhecimento social, uma teoria geral ou o Estado.

Liberdade significa realmente *liberdade para errar*. Isso precisa ser bem compreendido. Podemos ser extremamente críticos com relação ao modo como nossos concidadãos gastam seu dinheiro e vivem sua vida. Podemos considerar o que fazem absolutamente insensato e mau. Numa sociedade livre, todos têm, no entanto, as mais diversas maneiras de manifestar suas opiniões sobre como seus concidadãos deveriam mudar seu modo de vida: eles podem escrever livros; escrever artigos; fazer conferências. Podem até fazer pregações nas esquinas, se quiserem – e faz-se isso, em muitos países. Mas *ninguém* deve tentar policiar os

outros no intuito de impedi-los de fazer determinadas coisas simplesmente porque não se quer que as pessoas tenham a liberdade de fazê-las. (MISES, 1998, p. 24, grifo do autor).

No geral, Foucault (2008) observa que o neoliberalismo produz uma ruptura na história do pensamento, oferecendo uma crítica ao próprio caráter do Estado, dando privilégio ao indivíduo e à sua vontade, recodificando os conceitos de direito, lei, igualdade, justiça. Pois, ao passo que o neoliberalismo rompe com a estrutura filosófica da *razão do Estado*, existente desde a Idade Moderna e que legitima a existência de uma verdade cujo Estado é portador, como aponta Hayek (1961), ele rompe com conceitos como: *bem-estar social, justiça social, interesse da nação, igualdade social*.

Em um dos capítulos da obra *The constitution of liberty*, Hayek (1961) observa que a igualdade que não fere a liberdade é aquela fundamentada nas leis; porém, quando o Estado busca uma igualdade de resultados, essa sempre será incompatível com a liberdade. Portanto, é natural a existência de diferenças de resultado, desigualdade de resultados, em um contexto de liberdade, pois os indivíduos são diferentes.

O neoliberalismo sugere um contexto de mudanças constantes, critica a existência de uma verdade basilar que limite a ação e a vontade do indivíduo, defendendo a heterogeneidade e a pluralidade, propondo justamente o oposto do que seria o conservadorismo. Esses elementos fizeram Foucault (2008) observar esse pensamento tendo em vista sua singularidade e seu papel de pensamento crítico da atual sociedade, propondo um novo olhar sobre a *governamentalidade*, ou seja, uma nova perspectiva de conceber o Estado e sua ação. Esse ideário seria parte do contexto da *biopolítica*.

O neoliberalismo, para Foucault (2008), não apenas seria o oposto do conservadorismo, mas também uma alternativa emancipadora de crítica à constituição do Estado, à política atual, e entender o nascimento da *biopolítica*; seria passar por esse ideário e entender suas propostas de transformação.

o liberalismo... é essa razão, tanto do seu polimorfismo – como das suas recorrências\_ um instrumento crítico da realidade: de uma governamentalidade anterior, de que seus adeptos procuram se

distinguir; de uma governamentalidade atual que tenta reformar e racionalizar, restringindo-a; de uma governamentalidade à qual se opõem e cujos abusos querem limitar. (FOUCAULT, 2008, p. 434).

## Considerações finais

Repensar o neoliberalismo a partir da ótica de Foucault (2008) nos leva a pensar no quanto esse movimento intelectual buscou o distanciamento do conservadorismo, esse que, em muitos momentos, comprometeu a essência do liberalismo: a liberdade individual.

A partir das contribuições de Foucault (2008) podemos olhar para as ideias de Gudin e não apenas buscar rótulos conceituais para enquadrá-las, mas entender esse intelectual como um homem do seu tempo, com seus ideais e seu contexto, que na busca por conservar seu liberalismo, foi conhecido como conservador, que, na ânsia pela defesa da economia livre se rendeu à intervenção militar. Essas questões nos fazem pensar o quão complexas são as ideias humanas e até que ponto podemos simplesmente enjaular esses intelectuais em determinado conceito, sem ao menos discuti-lo e contextualizá-lo. Essa reflexão nos aproxima da necessidade de voltarmos a velhos cenários da história e repensá-los à luz de novas abordagens teóricas.

## Notas

---

<sup>1</sup> O neologismo *governamentalidade* seria a ligação semântica entre poder e mentalidade e estaria relacionado à tentativa de Foucault de entender as tecnologias de poder a partir da racionalidade política que a fundamenta. (SANTOS, 2013).

<sup>2</sup> Em síntese, o termo se refere à nomeação que Foucault faz a uma nova sociedade que se estabelece no séc. XX, porém se desenvolve a partir de mudanças nas relações de poder desde o séc. XVIII.

Assim, se observa, nessa sociedade, uma tendência que salienta o vigiar, em vez de o punir. A obra *Vigiar e punir*, de Foucault, esclarece o nascimento da sociedade disciplinar e suas principais características.

<sup>3</sup> Algumas obras importantes na linha da história econômica concebem o pensamento de Gudin como conservador. Dentre esses trabalhos, se destacam: Bielschowsky (1995), Gaspari (2001), Mantega (1987).

## Referências

---

- ABRAHÃO, C. M. S.; DANTAS, J. A. M.; REIS, G. A. *Gudin, Bulhões, Furtado: matrizes do pensamento econômico brasileiro*. Maringá: Eduem, 1999.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E; GENTILI, P. (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.
- BORGES, Maria Angélica. *Eugenio Gudin: capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo: Bional/Educ, 1996.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GASPARI, E. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- GUDIN, E. *Análise de problemas brasileiros: coletânea de artigos: 1958-1964*. Rio de Janeiro: Agir, 1965.
- GUDIN, E. *Para um Brasil melhor*. Rio de Janeiro: Apec, 1970.
- HAYEK, F. A. *The Constitution of liberty*. Chicago: The University of Chicago Press, 1961.
- HAYEK, F. A. *Os fundamentos da liberdade*. São Paulo: Visão, 1983.
- HAYEK, F. A. *Direito, legislação e liberdade: uma nova fórmula dos princípios liberais de justiça e economia política*. São Paulo: Visão, 1985. v. I.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. da PUC Rio, 2006.
- LAGASNERIE, G. *A última lição de Michel Foucault*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- MANTEGA, G. A. *A economia política brasileira*. 4. ed. São Paulo: Polis; Vozes, 1987.
- MISES, L. V. *As seis lições*. Rio de Janeiro: Instituto liberal, 1998.
- MISES, L. V. *A ação humana*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- SANTOS, E. A. C. *A economia do poder e o poder da economia: neoliberalismo e governamentalidade em Foucault*. 2013. 221p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia, São Paulo, 2013.